Parsifal Barroso

Mozart Soriano Aderaldo

A notícia me veio de modo inopinado e brutal, embora cautelosamente dosada por voz amiga e fraterna. Finara-se o meu velho colega de Liceu, o compadre e amigo Parsifal Barroso.

Conheci-o há muitos anos, quando ingressei no Liceu do Ceará e ele terminava, com láureas, o Curso de Humanidades no velho colégio de nossas eternas afeições, então dirigido por seu pai, o Professor Hermino Barroso.

Matriculado no sexto ano, a fim de conquistar o diploma que bem lhe cabia de Bacharel em Ciências e Letras, já ensinava, com maestria, os contemporâneos de séries inferiores, sendo difícil distinguir qual o professor, quais os alunos, todos comportados mais ou menos dentro da mesma faixa etária. E era policrômico o leque de suas aptidões — do alemão (que aprendera com o pai) à filosofia, das ciências sociais à química (de cujos segredos era o melhor transmissor naquela fase de nossa evolução cultural). Um humanista, afinal.

Depois acompanhei de longe (pois me deslocara para o Rio de Janeiro) sua evolução mental: dos pensamentos de Monier aos de Maritain. Vale dizer: das novidades marxistas à perenidade tomista. Quanto a mim, preparava-me cuidadosamente com os jesuítas do Colégio Santo Inácio, especialmente com o futuro Reitor da PUC Pe. Pedro Cerrutti, com os dominicanos do Leme, de modo especial com Frei Sebastião Tauxin, e com os beneditinos do Colégio São Bento, dentro os quais se sobressaía Dom Martinho Mitchiler, sendo colega portanto do futuro Acadêmico Dom Marcos Barbosa, então meu colega na Faculdade de Direito e no Instituto Católico de Estudos Superiores. Ao regressar ao inesquecido Ceará, encontrei Parsifal

Barroso perfeitamente aparelhado das mais recentes idéias do século, tal como se houvesse haurido diretamente na fonte o néctar insubstituível da doutrina tomista. Tão aguda era a sua inteligência, tão grande a sua vocação para a leitura que, mesmo aqui insulado, num país em que não há propriamente uma cultura nacional mas ilhas que se comunicam com dificuldade, nenhuma tese nova escapava de sua percuciente lucubração.

Reaproximei-me dele, então, nos idos gloriosos da União de Moços Católicos e, mais estreitamente, no tempo da Ação Católica de Fortaleza, sob a égide desse extraordinário bispo que foi Dom Antônio Lustosa, nosso vero amigo. E confesso ainda hoje, que ele se foi, como o fiz ontem e sempre o farei: conhecê-lo melhor era, necessariamente, admirá-lo mais.

Por isso o apoiei, mesmo guardando o leito quando da primeira grande moléstia que me atingiu, na campanha em prol de sua eleição para a Câmara Federal pelo Partido Democrata Cristão. Explica-se a legenda, nós que éramos por tradição ligados à LEC, como uma solução salomônica, equidistante do pessedismo de seu sogro, o inconteste líder sobralense Francisco Monte, e do ademarismo de seu cunhado e quase pai de criação, o ilustrado Professor Olavo Oliveira. Comovo-me, ainda hoje, ante as dificuldades de Parsifal e de Olga, sua inteligente esposa, nessa fase difícil da vida do casal. Meu velho amigo não foi eleito naquela ocasião, mas Deus o destinaria a vôos mais altos, fazendo-o, sucessivamente, Deputado Federal, Senador, Ministro do Trabalho, Governador do Estado e, por fim, Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em cujas funções se aposentou pela compulsória constitucional.

Poliédrica era sua personalidade inconfundível, sendo difícil falar do homem como um todo. Aqui recordo o amigo, nunca esquecendo o aspecto de sua intelectualidade que sempre foi o de nossa maior querença. Comprova-o o fato de nunca se ter afastado de suas antigas atividades no magistério e na pesquisa, mesmo quando Governador, merecendo por isso que, após 1964, quando sofreu vexames de todo inaceitáveis, fizemo-lo sócio efetivo do Instituto do Ceará, a mais veneranda entidade cultural de nossa terra, tão ambicionada quão atacada por muitos que a requestam intimamente. Enfrentamos alguns obstáculos, fora e dentro do Instituto, mas coube-me oficialmente saudá-lo em nome da entidade quando do seu glorioso ingresso na Casa do Barão de Studart. Alegava-se tudo contra sua eleição, mas fomos inflexíveis e persistentes, sem cujas

armas dificilmente teríamos superado os antolhos apostos por um sócio nosso, dos mais antigos e prestigiados.

Às vésperas de sua posse como Governador do Estado, recebi dele, em noite tormentosa de rigoroso inverno, telefonema convocatório de minha presença na casa em que se hospedava, na Praia de Iracema. Disse-me que lutara para fazer-me Secretário da Fazenda, no feixe de cargos destinados ao PSD, mas que este, desejando destiná-la a outro de seus correligionários, simplesmente desconhecia a minha vinculação a um partido que me apresentara na chapa de seus candidatos a Vereador! Decidira-se, então: se não fosse eu, não seria quem eles queriam. E, sem mais indagações, convidou um terceiro para a função. Mas oferecia-me a Diretoria Geral da Fazenda ou a Consultoria Técnica do Governo, que ele criaria especialmente para que eu a chefiasse. Agradeci, dizendo-lhe que não se achava obrigado a nada, mas que, por motivos óbvios, eu não poderia trabalhar na Fazenda. Compreendeu meus escrúpulos e criou o novo órgão da pública administração estadual, realmente necessário mas que nenhuma despesa nova traria ao Erário, visto como seus componentes seriam recrutados por seu Chefe, sem novas despesas, nas diversas repartições estaduais. Por outro lado, não desfrutavam seus componentes de quaisquer mordomias, embora muito prestigiados. Só Deus sabe o número de atendimentos do novo órgão a causas justas de muitíssimos servidores desprotegidos da política que apenas dispunham, praticamente, daquele meio para reivindicar seus direitos. Como sempre, passados os anos, muitos se mostraram gratos, outros se revelaram indiferentes àqueles benfeitores e número menor deles foi ingrato mesmo. Honra aos que, passados tantos anos, demonstram o seu agradecimento pelo que a Assessoria lhes proporcionou! Mas o homem põe e Deus dispõe... A Secretaria da Fazenda seria por mim exercida, cumulativamente com a de Administração, na administração de Plácido Castelo, que depois insistiu, mais de uma vez, para que eu aceitasse a Pasta da Fazenda em caráter definitivo, a cada crise política que ocorria nesse importantíssimo setor público. É que, vedando a Constituição de 1967 o desempenho da função política com o exercício do cargo de Ministro do Tribunal de Contas, por mim ocupado em caráter vitalício, forçoso me era optar por este.

Minha ligação afetiva com Parsifal persistiria através dos anos, até que, na manhã do último dia 21 de abril, o grande cearense entregou seu belo espírito a Deus. Seu último gesto para comigo foi uma real apoteose à nossa velha amizade:

disse-me que eu podia contar com ele na pretensão que alimento de candidatar-me à Presidência do Instituto do Ceará nas próximas eleições bienais. Fê-lo com elegância, com fidalguia, numa clara manifestação de amizade. O amigo certo na hora difícil.

Como esquecer um homem dessa espécie? Grande como colega, grande como intelectual, grande como professor, grande como amigo, o leal amigo de quantos dele se aproximaram.

Como esquecer um homem como ele?

(Publicado em *Tribuna do Ceará* — Secção "Letras e Artes" — 26 de abril de 1986.)